

José Rebelo
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISCTE

Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra

<http://dx.doi.org/IC.2006.01.02>

Resumen

Este trabajo parte de la afirmación de que el acontecimiento no puede ser reducido a mera construcción mediática. Aunque los medios de comunicación social logran habitualmente reducir la discontinuidad que todo acontecimiento implica, el autor cree en la posibilidad de una acción colectiva, que se expresa a través de acontecimientos inaugurales - no mediatizados - que abren nuevos campos problemáticos.

Abstract

This paper states that the event is not just a media construction. Although the media picture events without their inner diversity, the author believes in the possibility of a positive action, based on piecemeal events that give way to new dilemmas.

Palabras Claves

Acontecimiento / mediación / medios de comunicación / asuntos públicos / acciones colectivas.

Keywords

Event / mediation / mass media/ public affairs / collective actions.

Não partilho teorias de natureza construtivista que reduzem o acontecimento a uma mera produção mediática (1). Pretender que um acontecimento existe apenas em função da sua mediatização é ignorar o cruzamento das mais elementares dinâmicas sociais. Suponhamos uma aldeia que nunca chamou a

atenção dos media. Que nunca teve honras de publicação num qualquer jornal. Da qual nunca se falou em qualquer estação de rádio. Que nunca foi vista, ou se viu, em qualquer canal de televisão. Que significa isso? Que nunca qualquer acontecimento se produziu na aldeia referida? Pergunte-se aos seus habitantes que, estes, logo denunciarão o absurdo.

Interessa, pois, definir o conceito de “acontecimento” antes de nos debruçarmos sobre o processo da sua eventual mediatização.

Nem todas as ocorrências são acontecimentos.

Sociologicamente, postulo que uma ocorrência se torna acontecimento segundo o potencial de actualidade mas, também, segundo os potenciais de relevância e de pregnância (2) que ele manifestar.

A ocorrência tem mais probabilidades de ser considerada um acontecimento quando se produz no nosso espaço e no nosso tempo. Daí o seu potencial de actualidade.

A ocorrência tem mais probabilidades de ser considerada um acontecimento quando provoca uma ruptura no nosso quadro de vida. No nosso *Lebenswelt*, conceito que Habermas foi buscar à fenomenologia de Husserl para designar esse nível profundo, de um grupo ou de uma colectividade, onde se enraízam as línguas, as normas e os comportamentos comuns. No nosso quadro experiencial, para falar como Goffman (1991). Daí o seu potencial de relevância.

A ocorrência tem mais probabilidades de ser considerada um acontecimento quando nos incita a reconstruir esse nosso quadro de vida momentaneamente perturbado pela ocorrência inesperada. Daí o seu potencial de pregnância.

1. Descontinuidade e procura de sentido

“Quando [os acontecimentos] se produzem, não estão conectados aos que os precederam nem aos elementos do contexto: são descontínuos relativamente a uns e a outros e excedem as possibilidades previamente calculadas; rompem a seriação da conduta ou a do correr das coisas”, afirma Louis Quéré. Mas, logo a seguir, o mesmo autor esclarece: “Esta descontinuidade surpreende e afecta a continuidade da experiência porque a domina. Por isso, fazemos tudo quanto está ao nosso alcance para reduzir as descontinuidades e para socializar as surpresas provocadas pelos acontecimentos: reconstruímos, através do pensamento, as condições que permitiram ao acontecimento produzir-se com as particularidades que apresenta; restauramos a continuidade no momento em que a ruptura se manifestou” (2005: 61).

Resumindo: o acontecimento opera uma ruptura inesperada na ordem das coisas. Na feliz expressão de Claude Romano, o acontecimento “abre uma falha na minha própria aventura” (1998: 45). Provoca um corte na trama dos nossos hábitos, das nossas rotinas diárias, dos nossos projectos, das nossas recordações, escreve Paul Ricoeur (1991: 41-55).

Corte, logo desordem.

Corte e desordem que impelem, o sujeito, para uma procura de sentido. Que é, afinal, procura de controlo. “Instaurando uma nova ordem, na qual o acontecimento será inscrito, o sentido reduz a *irrationalité principielle de la nouveauté*”, acrescenta Ricoeur (1991: 43).

E como se materializa essa procura de sentido? Através da construção de narrativas sobre o acontecimento. Daí que Ricoeur distinga três fases na génese e no desenvolvimento do acontecimento. A primeira fase corresponde à emergência da ocorrência propriamente dita. A segunda corresponde à procura de sentido. A terceira à diluição do acontecimento na narrativa construída a seu propósito (3).

Narrativas mediatizadas, umas. Narrativas não mediatizadas, outras. Umas e outras que permitem a passagem do possível imprevisível ao possível previsível, para citar Jocelyne Arquembourg-Moreau (2003). Passagem do possível imprevisível ao possível previsível. Previsibilização pela domesticação do imprevisível. Ultrapassagem da incerteza. Restauração de um mundo.

Fixemo-nos nas narrativas mediatizadas, ou mediatizáveis: as únicas susceptíveis de transportar o acontecimento para lá dos limites da comunidade onde emergiu. E, dentro destas, fixemo-nos nas narrativas mediatizadas ou mediatizáveis pelos órgãos de comunicação social de massas, em torno do que poderíamos chamar os “mega-acontecimentos” (4).

Num número de *Dossiers de l'Audiovisuel*, coordenado por Daniel Dayan (Julho de 2002), é analisado o processo de previsibilização inerente à cobertura mediática do «11 de Setembro», exemplo acabado dos mega-acontecimentos que acabámos de referir.

Diversos textos centram-se numa frase curta e simples que se ouve em fundo das primeiras imagens, obtidas ocasionalmente por um cineasta amador, que nos dão o embate do primeiro avião com a primeira torre: “Oh my God”. Não há, por enquanto, narrativa mediática. Não há explicação. A expressão “Oh my God” é desprovida de qualquer valor de ancoragem. Não fixa qualquer sentido àquilo que as imagens nos mostram. Apenas “Oh my God”.

Rapidamente, contudo, outros operadores de câmara afluem ao local. A tempo de registar o segundo embate. Um segundo embate. De um segundo avião. Na segunda torre. Coincidência a mais. Negada a hipótese de acidente.

Dá-se, então, aquilo a que Santos Zunzunegi chama a “suspensão do inacreditável” (2002: 16-21).

O inacreditável deixa de o ser. Porquê? Porque múltiplas relações de causalidade, irrompem. Indomáveis. Inicia-se, assim, a narrativa do acontecimento. Uma narrativa que gera sentido, ao funcionar como máquina de organização do tempo e ao assentar numa lógica da causalidade, ou melhor, numa lógica em que a causalidade se funde, coincide, com a contiguidade. Uma narrativa que integra o acontecimento num “todo contextual” (J. Dewey citado por Quéré, 2001: 104).

Num ápice, resolve-se o enigma: acto de terrorismo. Tudo se explica. Designam-se os autores. Enunciam-se os meios. Denunciam-se os objectivos. Sem que, note-se bem, qualquer organização tivesse, entretanto, reivindicado o sucedido. Afinal, adiantam pressurosos alguns comentadores, aquilo era previsível. Tanto mais, acrescentam, quanto é certo que os serviços secretos norte-americanos tinham já alertado para essa eventualidade...

O acontecimento como ponto de chegada de uma causalidade em cadeia: o processo de factualização está consumado.

2. Entre a “necessidade retrospectiva” e a “contingência prospectiva”

Como salienta Alain Flageul, num artigo incluído no número de *Dossiers de l’Audiovisuel* já evocado (2002: 21-25), a narrativa jornalística comporta uma tripla projecção no tempo. Descreve um movimento para trás, no sentido de descobrir algumas causas provisoriamente apresentadas como primordiais. Reconstitui, em seguida, os caminhos possíveis, desde as causas detectadas até aos efeitos observados. Por último, prolonga esses caminhos prevendo as consequências.

O presente factual constrói-se, portanto, no contexto do passado e do futuro. Do passado, pelas analogias que sugere. Do futuro, pelas antecipações que permite. Baliza-se entre a “necessidade retrospectiva” e a “contingência prospectiva”, diz Ricoeur (1991: 50). Arrasta consigo diversas temporalidades interpretativas, sublinha Jorge Lozano, citando Yuri Lotman (2002: 15-16). Por um lado, fica ligado à recordação que se guarda do súbito, do inesperado. Por outro, adquire uma dimensão de predestinação, de inevitabilidade. Recordação e predestinação, o antes e o depois que constituem os dois pilares de uma espécie de normalização a que Lotman, segundo Lozano, chama “processo de

consciência”: passagem do fortuito ao regular, do estranho ao normal, do imprevisível ao inevitável.

Dessa dualidade temporal resulta que o acontecimento seja, simultaneamente, explicável e explicativo. Explicável pela produção de “estórias” que origina. Explicativo pelo poder que transporta, enquanto revelador daquilo que ele (trans)forma, ou pode (trans)formar, nas pessoas e nas coisas.

Tal confluência de passado e de futuro não é aleatória. É ideológica. Segundo os efeitos pretendidos, pode exprimir uma maior insistência no passado ou uma maior insistência no futuro.

O regresso ao instante imediatamente anterior ao acontecimento, objecto da operação de mediatização, é cheio de significado. Repare-se no efeito produzido pela incessante repetição das imagens das torres, ainda de pé, logo seguidas das imagens do seu desmoronamento. Imagens de um tempo quase sem tempo. Imagens que nos prendem. Imagens hipnóticas. Que geram um sentimento de atracção/repulsão. Ou melhor, de uma repulsão que cresce com a atracção que, em nós, elas despertam. As imagens do desmoronamento não nos dão apenas o desmoronamento. Dão-nos bem mais do que isso. Dão-nos a visão de um mundo a desmoronar-se. A não ser que...

Mas é, também, cheio de significado a deslocação/instalação da narrativa a montante do acontecimento. Decididamente, rompe-se a clássica lógica linear segundo a qual o presente se explicava pelo passado e antevia o futuro. Nas sociedades tradicionais, as narrativas míticas, instaurando uma ordem discursiva do mundo, produziam efeitos de sentido através dos quais as coisas eram legitimadas e vividas. A rememoração (Heidegger) dos acontecimentos fundadores, dava sentido aos acontecimentos em curso. Hoje, essa trajectória inverte-se e são as finalidades projectadas no futuro que dão sentido ao presente. O presente situa-se, cada vez menos, na continuidade do passado.

Em *l'Inhumain: causeries sur le temps*, Jean-François Lyotard falava já de um «desafio» que, na sua opinião, estaria a ser lançado pela tecnologia electrónica às sociedades contemporâneas: o de subordinar o presente, que deixaria de desembocar num «depois» incerto e contingente, a um futuro cada vez mais predeterminado pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Lyotard traçava, assim, uma nova perspectiva temporal para as sociedades capitalistas em que tudo seria função de estratégias – os jogos estratégicos – resultantes de previsões suportadas pelas tecnologias digitais. A actualidade de um qualquer percurso não seria mais do que a confirmação da sua previsão, ou seja, o futuro seria antecipado pelo presente que o realizaria ou, no mínimo, o configuraria como possível.

Regressando à dualidade temporal da narrativa mediática do acontecimento. Abundam os exemplos dessa justificação de um presente com um futuro anunciado imperativamente. É o caso do discurso actual sobre a guerra preventiva cujo pressuposto (Ducrot, 1972: 5-24) assenta na inquestionabilidade de um perigo. O perigo do terrorismo. O terrorismo enquanto problema público que, proclamam instâncias de poder, urge acautelar.

3. Do acontecimento ao problema público

Segundo Gusfield, citado por Louis Quéré numa conferência pronunciada no Porto em Fevereiro de 1999 (2001) a verificação de um “problema público” implica: que ele seja assumido, enquanto problema, pela sociedade no seu conjunto; que ele suscite debate contraditório e conflitual; que ele esteja associado a uma acção pública visando a sua resolução. Só que, a nossa contribuição para a definição de um problema é bem menor do que seria de supor. Dito de outra forma: a instituição de um problema enquanto problema é, em grande medida, exterior a cada um de nós. Na maioria das vezes, são-nos exteriores, as estratégias conducentes à sua assunção colectiva e à sua colocação no centro de debates, tal como nos são exteriores as acções, ou a simulação das acções, que se propõem resolvê-los.

O quotidiano é feito de um eterno trilhar, em ziguezague, por entre problemas. Desemprego. Insegurança. Falta de habitação. Problemas que são e não são nossos problemas. São «nossos problemas» na medida em que nos afectam directamente, em que, deles, somos vítimas. Não são «nossos problemas», na medida em que a sua génese nos é exterior. Trata-se de problemas que conheceram um processo de naturalização. E é, justamente, esse processo de naturalização que nos faz perder a ideia de exterioridade. Que faz com que não tenhamos consciência plena da construção de um itinerário que, se não nos é imposto, nos é insinuado. Que faz com que se estabeleça uma espécie de cumplicidade entre dominante e dominado, através da qual o dominado, negligenciando a sua condição de dominado, ou nem sequer dela se apercebendo, reconhece, e ao reconhecer legítima, fundamenta, o estatuto do dominante. Ou, dizendo com Bourdieu, que faz com que o dominado “se esqueça de si e se ignore, submetendo-se [ao dominante] da mesma maneira que contribui, ao reconhecê-lo, para fundá-lo” (1982: 119).

Os media constituem um dos dispositivos mais importantes para o desencadear desses processos de naturalização. Para fabricar adesões. Para forjar consensos, não os “consensos comuns” de inspiração Kantiana mas os que ocultam estratégias que Gramsci designaria por “hegemónicas”. Para converter, como por magia, uma história fragmentada, em função de interesses e de

oportunidades, por vezes inconfessáveis, numa continuidade feita de mutações tão dissimuladas quanto incessantes. Criando, assim, uma aparente “unidade indivisível”, para recorrer ao conceito de Husserl. Unidade que se manifestaria sem interrupções, sem hiatos. Unidade consentida e com-sentido entre “o que acaba de se passar” e “o que vai passar-se”.

Ontem era Ben Laden e o Afeganistão, a Bósnia e o Kosovo. Os massacres no Ruanda e no Burundi. O processo de paz em Angola. A subida eleitoral da extrema-direita europeia. Hoje é o genocídio no Sudão. As caricaturas de Maomé. A gripe aviária. A vitória do Hamas. A ameaça nuclear do Irão. «Da catástrofe aérea ao ciclone, do atentado ao acidente rodoviário, do fait-divers ao crime de guerra, nos ecrãs televisivos uma desgraça segue-se a outra. E a explicação do mundo reduz-se cada vez mais a uma volta ao mundo do sofrimento. Num bom noticiário de televisão, há cadáveres aos montes, mães que gritam, crianças que choram, casas devastadas e unidades de ajuda psicológica que convidam as vítimas a exprimirem a sua dor. Comentadas com as mesmas palavras, as mesmas vozes graves, os mesmos olhos húmidos, todas as tragédias humanas acabam por se assemelhar» exclama Elisabeth Lévy, produtora do programa radiofónico *Le Premier Pouvoir*, consagrado aos media, emitido pela estação *France Culture* (2006: 78).

É o vai-e-vem das notícias. Ou das supostas notícias.

Hoje, as páginas dos jornais, os tempos de emissão radiofónica e televisiva, enchem-se com um assunto. Amanhã, o mesmo assunto desaparece. Sem que se conheça o seu desenlace (Rebelo, 2003).

Na narrativa mediática não há, aliás, desenlace.

Em função dos respectivos projectos editoriais, da representação que constroem dos seus leitores, ouvintes ou telespectadores, os media narrativizam um acontecimento. Depois, deixam-o cair porque o acontecimento terá atingido o seu momento *Kairos* (Marin, 1990-1991): momento da mutação qualitativa em que o acontecimento deixa de se situar na curva do interesse decrescente para se situar na curva do crescente desinteresse.

E nós?

Ultrapassados pelos discursos, textuais e iconográficos, saltamos de notícia em notícia. Renunciaremos a compreender, pela incapacidade de encontrar, no interior de nós mesmos, o fim da narrativa? Arriscamo-nos, pelo menos, a aceitar a amálgama. A integrar a amálgama. Uma amálgama que ganharia sentido dentro de nós. Arriscamo-nos a mergulhar na aparente «unidade indivisível». Porque a alternativa é a descolagem, isto é, a exclusão do processo global de recepção da informação circulante (5).

O transbordante (Henri-Pierre Jeudi) ou o vazio.

Uma vez mediatizado, o acontecimento vai alimentar o problema público: o encerramento de uma fábrica reforça, em nós, a ideia de crise. Por sua vez, o problema público constitui o quadro explicativo do acontecimento: é por causa da crise que a fábrica encerra.

Problema público e acontecimento estabelecem, pois, entre si, autênticas relações de simbiose. O «terrorismo», enquanto problema público, constitui o quadro explicativo do «11 de Setembro». Por sua vez, o «11 de Setembro» alimenta o problema público chamado «terrorismo»

O «11 de Setembro»: curioso processo de datação.

Quando se evoca o «11 de Setembro», não há quem desconheça o referente. E quando se evoca o «15 de Fevereiro»?

No dia 15 de Fevereiro de 2003, milhões de pessoas em todo o mundo invadem a rua. Assim, de repente. Sem que tal acto se deva a convocações partidárias tradicionais. Mas, sim, a mensagens, apelos e petições que fervilham em rede, essa “marca” distintiva e estruturante dos novos movimentos sociais. Globalização do protesto. Em cada manifestação misturam-se línguas, etnias, idades, posicionamentos políticos, estilos de vida. Em cada cidade a causa unificadora é a mesma: “Não à guerra”. Uma causa que atravessou fronteiras e é exterior a todas as fronteiras. Nunca nada se vira de semelhante.

O «11 de Setembro» marca uma data (fait date, como dizem os franceses).

O «15 de Fevereiro» não marca uma data, salvo, claro está, para os militantes mais activos desses movimentos sociais.

Porquê?

Porque, explica Jacques Derrida, para marcar data é preciso que o acontecimento seja genericamente sentido, de maneira aparentemente imediata, como algo de singular. Derrida insiste no uso da expressão “aparentemente imediata” já que, acrescenta, esse sentimento é muito menos espontâneo do que parece: “ele é, em grande parte, condicionado, quando não construído e, em todo o caso, mediatizado por uma formidável máquina tecno-socio-política” (2001, p. 134).

“Pela repetição”, assinala Moscovici, “a ideia dissocia-se do seu autor; transforma-se numa evidência independentemente do tempo, do lugar e da pessoa; deixa de ser a expressão de quem fala e passa a ser a expressão da coisa de que se fala” (1981: 198-199). Insaciavelmente repetido nos media “numa espécie de encantação ritual, forma esconjuratória, litania jornalística, refrão retórico” (2001: 134), o “11 de Setembro”, aliado ao conceito de “terrorismo”, ganha autonomia. Impõe-se-nos. Inscreve-se no nosso discurso ordinário. Incorpora o nosso exército de pré-conceitos (Gadamer, 1995: 110). E quanto maior for

a sua autonomia e quanto mais se nos impuser, mais se nos escapa a sua dimensão instrumental. A sua arbitrariedade. A sua ambiguidade.

4. Potencialidades e limites da acção colectiva

Os media não constituem um poder homogéneo e autónomo. Mais do que um poder, eles são um lugar de cruzamento de poderes. São, em cada instante, a expressão de uma relação de forças. Segundo essa relação de forças desenvolvem-se, no interior dos media, os mecanismos de gatekeeping e de news-making, termos já consagrados na sociologia da comunicação (Rebello, 2002: 36-38). Segundo essa relação de forças, os media actuam na sociedade envolvente. Mas, posto que essa relação de forças é uma relação social, a sociedade envolvente vai também, por seu lado, actuar sobre os media. Os media comportam-se, portanto, como sujeitos e como objectos de uma sociedade onde se entrelaçam experiências, acções colectivas levadas a cabo, nomeadamente, por indivíduos dotados de uma “passibilidade” superior.

Louis Quéré define “passibilidade”, palavra pouco comum, a partir do seu antónimo, “impassibilité”: “é impassível aquele que não é susceptível de ser tocado, afectado, perturbado, emocionado pelo que lhe acontece e, por conseguinte, de suportar, de aguentar, de sofrer o que quer que seja (2005: 66). Afirmaremos, então, que são dotados de uma “passibilidade” superior os indivíduos particularmente tocados, afectados, perturbados, emocionados pelo que lhes acontece e, por conseguinte, capazes de suportar, de aguentar, de sofrer o que quer que seja. Dito de outra forma: são dotados de uma “passibilidade” superior os indivíduos que recusam a in-diferença, a in-significância, a des-realização das coisas.

A sua acção, empreendida no contexto de uma sociedade democrática, pode tirar proveito da “desterritorialização”, das “linhas de fuga” de que nos falam Gilles Deleuze e Félix Guattari (1976, 1980). E culminarem na denúncia de processos de naturalização ou na configuração de novos campos problemáticos. Assim, por exemplo, as aspirações ecologistas modificaram, por completo, as representações da vida no planeta. Tal como as novas relações entre sexos modificaram, por completo, as representações da vida em família.

E chegamos à questão de fundo. Cada época é marcada, decerto, por sistemas de valor, por regras de comportamento que uma sociologia do senso comum pode estudar. Cada época é marcada por discurso de transcendência (Charaudeau, 1997) destinados a delimitar campos problemáticos. Sistemas de valor, regras de comportamento, discursos de transcendência que invadem as páginas dos grandes jornais. Que saturam as grandes cadeias de televisão e as grandes estações de rádio.

Importa, todavia, defendermo-nos de interpretações mecanicistas.

Postulámos que nem todas as ocorrências são acontecimentos e que nem todos os acontecimentos são mediatizados, ou mediatizáveis. Postulamos, agora, que nem tudo o que é mediatizado é percebido como acontecimento. Além disso, nem todos os problemas públicos ou, para sermos mais rigorosos, nem todos os campos problemáticos nascem de um acontecimento mediatizado. Podem ser fruto duma insuspeita, inesperada acção colectiva: «A França aborrece-se», titulava um grande jornalista francês, Pierre Viansson-Ponté, em Março de 1968. Dois meses depois foi o que se viu...

Enfim, nem todos os acontecimentos mediatizados alimentam campos problemáticos já conhecidos. Muitos, são o começo de algo novo. Têm essa dimensão “inaugural” de que nos fala Louis Quéré: esse “poder de abertura e de fecho, de iniciação e de esclarecimento, de revelação e de interpelação” (2005: 60).

Bibliografia

- ARQUEMBOURG-MOREAU, Jocelyne (2003), *Le temps des événements médiatiques*, Bruxelas, De Boeck /INA.
- BOURDIEU, Pierre (1982), *Ce que parler veut dire, l'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard.
- CHARAUDEAU, Patrick (1997), *Le discours d'information médiatique*, Paris, Nathan/INA.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix (1976), *Rhizome*, Éditions de Minuit, Paris.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix (1980), *Capitalisme et Schizophrénie - Mille Plateaux*, Paris, Éditions de Minuit.
- DERRIDA, Jacques e HABERMAS, Jürgen (2004), Le «concept» du 11 septembre, *Dialogues à New York* (octobre-décembre 2001) avec Giovanna Borradori, Paris, Galilée.
- DUCROT, Oswald (1972), *Dire et ne pas dire*, Paris, Hermann.
- FLAGEUL, Alain (2002), “De l'assassinat comme genre télévisuel”, in *Dossiers de l'Audiovisuel*, N°104 – À chacun son 11 septembre, INA, Julho-Agosto, Bry-sur-Marne.
- GADAMER, Hans-Georg (1995), *Langage et Vérité*, Paris, Gallimard.
- GOFFMAN, Erving (1991), *Les Cadres de l'expérience*, Paris, Éditions de Minuit.
- GUILLEBAUD, Jean-Claude (2006), “La question médiatique”, in *Le Débat*, N°138, Paris, Gallimard.

- LÉVY, Élisabeth (2006), “Le rapt du réel”, in *Le Débat*, N°138, Paris, Gallimard.
- LOZANO, Jorge (2002), “Sémiotique de l'événement et explosion”, in *Dossiers de l'Audiovisuel*, N°104 – À chacun son 11 septembre, INA, Julho-Agosto, Bry-sur-Marne.
- LYOTARD, Jean-François (1988), *L'Inhumain: causeries sur le temps*, Paris, Galilée.
- MARIN, Louis (1990-1991), Sémantique des systèmes représentatifs, Paris, Seminário na École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- MOSCOVICI, Serge (1981), *L'Âge des Foules*, Paris, Fayard.
- QUÉRÉ, Louis (2001), “La construction des problèmes publics et l'action collective”, in *Discursos – Língua, Cultura e Sociedade, Uma Tensão entre o Global e o Local*, Lisboa, Universidade Aberta.
- QUÉRÉ, Louis (2005)“, Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento”, in *Trajectos*, N°6, Lisboa, Casa das Letras / ISCTE.
- REBELO, José (2000, 2ª edição 2002), *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Notícias Editorial.
- REBELO, José (2003), *A Comunicação: Temas e Argumentos*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- RICOEUR, Paul (1991), “Événement et sens”, in *Raisons Pratiques*, N°2 – L'événement en perspective, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- ROMANO, Claude (1998), *L'événement et le monde*, Paris, PUF.
- SANTOS, José Manuel (2006), “Da perca do mundo à sociedade dos (mega)acontecimentos”, in *Trajectos*, N°6, Casa das Letras / ISCTE, Lisboa
- VERON, Eliseo (1981), *Construire l'événement, les médias et l'accident de Three Mile Island*, Paris, Minuit.
- ZUNZUNEGI, Santos (2002), “Le futur antérieur”, in *Dossiers de l'Audiovisuel*, N°104 – À chacun son 11 septembre, Julho-Agosto, Bry-sur-Marne, INA.

Notas.

1 “Os acontecimentos sociais não são objectos surgidos algures na realidade e dos quais os media nos dariam a conhecer, à posteriori, com maior ou menor fidelidade, as propriedades e as transformações sofridas. Eles existem, apenas, na medida em que os media os modelam” (Eliseo Veron, 1981).

2 Conceitos introduzidos por René Thom na sua teoria semiótica da regulação biológica e retomados por Patrick Charaudeau (1997).

José Rebelo

3 José Manuel Santos fala, sugestivamente, de um efeito de pérola: “face à perturbação causada por um intruso vindo do meio ambiente (que pode ser um parasita ou uma simples poeira), o bivalve não reage através de um gesto físico de afastamento ou fuga, mas pela produção de nácar que envolve esse intruso, retirando-lhe a agressividade e fazendo cessar a irritação” (2006: 82).

4 Niklas Luhmann considera, também, a existência de micro e de macro acontecimentos. Os primeiros fazem parte do nosso quotidiano, reflectem o grau de contingência existente no interior dos sistemas e são, por conseguinte, automaticamente digeridos por eles. Os segundos, sem atingirem a dimensão e os efeitos dos mega-acontecimentos, ocorrem no interior dos sistemas e obrigam-nos a reagir.

5 Jean Claude Guillebaud, ensaísta, antigo jornalista do «Le Monde», compara a narrativa mediática com o modelo económico ultraliberal hoje prevalecente nas sociedades economicamente mais desenvolvidas. Num caso e noutro, verificar-se-ia a mesma celeridade e a mesma fragmentação: “A sociedade de mercado fundamenta o seu dinamismo numa insatisfação e numa inquietação que apenas o trabalho e o consumo conseguirão resolver. A competição económica é uma religião disciplinar e, até, sacrificial. Apoia-se na ideia de falta e de mobilidade. Trata-se de nunca deixar instalar-se nem a calma, nem a quietude nem a saciedade. Nesta óptica, toda a crença reforçada, toda a teimosia subjectiva podem aparecer como obstáculos ao funcionamento fluido da sociedade de mercado. A calma é inimiga do mercado. O consentimento que damos a um modo de vida tão absurdo, o servilismo que manifestamos a injunções tão idiotas só é possível porque nos encontramos num estado de devoção, para não dizer de beatice. Aderimos à religião da instabilidade” (2006: 100).

